



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### TRIBUNAL PLENO – SESSÃO DE 03/09/2014 EXAME PRÉVIO DE EDITAL - MUNICIPAL

**PROCESSO:** 3817.989.14-8.  
**REPRESENTANTE:** Renato Pricoli Marques Dourado (OAB/SP nº 222.046).  
**REPRESENTADA:** Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE Amparo.  
**ADVOGADA:** Grazielle Cristina Guimarães (OAB/SP nº 301.959).  
**ASSUNTO:** Representação formulada em face do edital do Pregão Presencial nº 35/2014, certame destinado à aquisição de equipamentos de informática e afins, para uso em diversos setores do SAAE.

### RELATÓRIO

Renato Pricoli Marques Dourado, advogado, subscreveu pedido de impugnação do edital do Pregão Presencial nº 35/2014, certame instaurado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo – SAAE, objetivando a aquisição de equipamentos de informática e afins, destinados a diversos setores daquela Autarquia.

Questionou, essencialmente, o conteúdo do item 3.1.4, alínea “a”, do referido instrumento, dispositivo que impõe às licitantes a apresentação, por ocasião do credenciamento, de documento comprobatório de seu credenciamento em face do fabricante da solução ofertada.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Premente a matéria e evidenciado risco de perecimento de direitos, decidi conhecer da demanda liminarmente, requisitando, com isso, o edital em foco para análise e determinando, por conseguinte, a suspensão imediata do processo licitatório.

As providências adotadas foram aqui comunicadas e referendadas na Sessão de 20/08/14 (eventos 8.1 e 24.3).

A representada compareceu no prazo assinalado na liminar (eventos 23.1 a 23.18), aquiescendo com os fundamentos do representante e apresentando versão do instrumento em debate incorporada das retificações reclamadas na inicial (evento 23.18).

Diante disso, seguiram os autos para as manifestações de ATJ (eventos 31.1 e 31.2), d. MPC (evento 34.1) e SDG (evento 38.1) que, invocando economia processual, foram unânimes na opinião pela procedência da representação.

É a síntese do necessário.

**JAPN**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### VOTO

A questão da exigência de credenciamento da licitante em face do fabricante da solução de informática oferecida em certames destinados à aquisição de equipamentos e/ou sistemas de informática configura ponto de controvérsia reconhecida.

Faço remissão, nesse sentido, ao precedente contido no eTC-2913.989.14-1, por mim relatado neste E. Plenário em 16/07/14:

*Entendo absolutamente amparada pelo Poder Discrecionário a opção da Prefeitura de adquirir desktop e notebook de fornecedores credenciados ou autorizados a comercializá-los pelos correspondentes fabricantes.*

*Ainda que se deva assumir a existência no mercado de vendas de produtos que não ostentam tal status e que, em tese, poderiam igualmente apresentar propostas, parece-me inegável que a alternativa buscada pela Prefeitura igualmente considerou elementos intangíveis que não se materializariam somente no menor preço inicial dos bens.*

*Deve-se reconhecer, portanto, que sobre o menor preço obtido a partir da disputa licitatória recaem, no tempo,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

*outras variáveis economicamente relevantes e que, nessa conformidade, também interferem na conveniência da Administração de projetar a contratação de uma solução no lugar de outra.*

*(...)*

*Razoável, assim, que tal condição possa ser melhor atendida pelo fornecedor credenciado pelo fabricante, pois conta com amparo tecnológico e disponibilidade de peças que, ao menos em tese, não estão do mesmo modo distribuídos entre todos os que se dedicam primordialmente ao mercado varejista de informática.*

*Nada obstante, a cláusula, se assim mantida, ainda atenta contra a Súmula nº 15.*

*Assumindo-se que aludido fator de discriminação deva ser considerado juridicamente válido, acerta o representante ao questionar a localização da cláusula na fase de habilitação, mais ainda sendo o caso de aquisição de equipamentos de informática no sistema de Registro de Preços.*

*Cabe a retificação pretendida apenas nesse ponto, para que fique fora de dúvida que a condição de credenciamento em face do fabricante seja exigida somente por ocasião do efetivo fornecimento, solução que igualmente se concilia com a jurisprudência da Corte, que remete esse tipo de comprovação*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

*ao vencedor da disputa (cf. TC-622.989.12-7, Sessão de 20/06/12 e TC-338.989.13-0, Sessão de 08/05/13, ambos sob a Relatoria da Eminente Conselheira Cristiana de Castro Moraes).*

Instada a apresentar informações, a representada limitou-se a reconhecer o equívoco, ratificando, nessa conformidade, a procedência do pedido vestibular.

Assim sendo, confirma-se o quanto demandado na vestibular.

Cabe apenas ressaltar, igualmente consoante registrado em nossa jurisprudência, que o conteúdo da cláusula impugnada se invalida por configurar indevido critério de habilitação, nada impedindo que, com as devidas justificativas de ordem técnica deduzidas nos autos do processo de licitação, opte a Administração por deslocar tal exigência como condição de contratação.

Limitando-me, contudo, ao teor do pedido, encurto razões para **confirmar a liminar de início deferida e julgar procedente o pedido formulado por Renato Pricoli Marques Dourado determinando ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo que providencie a retificação do edital do Pregão Presencial nº 35/2014, dele excluindo o item 3.1.4 e**



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

**sua alínea “a”, compatibilizando, mais ainda, as repercussões dessa medida no termo de referência anexo ao instrumento.**

**Assim deliberado, devem representante e representada, na forma regimental, ser intimados deste julgado, em especial o SAAE, para que incorpore ao instrumento convocatório a retificação aqui debatida, conferindo-lhe, ao final, publicidade na forma definida pelo artigo 21 da Lei nº 8.666/93.**

**É como VOTO.**

**RENATO MARTINS COSTA  
CONSELHEIRO**